

### POR UMA REVISÃO DO CÂNONE:

A voz delas é resistência

*Marcele Aires Franceschini*

Professora do Programa de Pós-graduação em Letras (PLE)  
e do Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias (DTL)  
da Universidade Estadual de Maringá (UEM).  
Doutorado em Literatura Brasileira (USP, 2009)  
Contato: [mafranceschini@uem.br](mailto:mafranceschini@uem.br)  
<https://orcid.org/0000-0001-7060-9629>

**Resumo:** Este texto, primeiramente, aborda a noção histórica de interseccionalidade, partindo-se das intelectuais negras norte-americanas, na década de 1980, a fim de dialogar com pensadoras brasileiras, tomando-se como ponto de partida a ideia de amefricanismo de Lélia Gonzalez e o quilombismo de Beatriz Nascimento. A partir da teoria, apresentam-se aqui textos poéticos que fazem parte de um amplo coletivo de escritoras negras no Brasil, a exemplo de Conceição Evaristo, Elisa Lucinda, Jarid Arraes e Ryane Leão. Buscou-se traçar o percurso das autoras negro-brasileiras e suas intrínsecas formas de resistência à imposição de uma literatura moldada no pensamento colonial, hegemônico. O objetivo é que nomes tanto de autoras ancestrais quanto das contemporâneas se manifestem, ampliem-se e sejam celebrados na construção de um novo e orgânico cânone literário nacional.

**Palavras-chave:** Autoras negras; Literatura brasileira; Novo cânone; Ancestralidade.

**Abstract:** Firstly, this text offers a historical notion of intersectionality from the North-American Black intellectuals, mainly from the 1980's, in order to dialogue with Brazilian thinkers of the time, taking as the starting point the concept of Amefricanism from Lélia Gonzalez and the idea of Quilombism from Beatriz Nascimento. From the theory, hereby are presented poetic texts which are part of a wide collective of Black Brazilian writers such as Conceição Evaristo, Elisa Lucinda, Jarid Arraes, and Ryane Leão. It was traced the route of distinct Black Brazilian writers and their inherent ways of resistance against the imposition of a literature which is shaped by the hegemonic, colonial thinking. Our aim is to manifest either ancestral female authors as their contemporaries, in such a manner their names are spread out and keep safeguarded in a new, organic national canon.

**Key words:** Black writers; Brazilian Literature; New canon; Ancestry.

**INTRODUÇÃO – SOBRE AS OMISSÕES**

Por séculos, a história oficial da literatura brasileira não validou, consagrou, estudou ou ousou colocar autores(as) negros(as) brasileiros(as) no cânone nacional. O exemplo de Maria Firmina dos Reis (1822–1917) é categórico: por que a escritora maranhense não teve sua prosa elencada como representante da tradição romântica se seguiu os preceitos formais e conteudísticos de sua escola? Por que somente um século após sua morte é considerada a primeira romancista brasileira, com a publicação de *Úrsula*, em 1859? Vamos a outro questionamento: por que tantas décadas se passaram até que a crítica, os intelectuais e a academia consagrassem a obra de Carolina Maria de Jesus, que já na primeira edição de *Quarto de despejo* (1960) vendeu mais de um milhão de cópias, traduzida a catorze idiomas? Por que críticos ainda se mostram reticentes a aceitar seu talento literário? Em 17 de abril de 2017, em evento na Academia Carioca de Letras, o professor Ivan Cavalcanti Proença afirmou: “Só tem uma coisa, isso não é literatura [...] Isso pode ser um diário e há inclusive o gênero, mas, definitivamente, isso não é literatura” (*apud* LUCINDA, 2017). Como se não bastasse o constrangimento, visto que o evento era em homenagem à escritora, o crítico comentou que havia ouvido de muitos intelectuais paulistas: “Se essa mulher escreve, qualquer um pode escrever” (*apud* GUIMARÃES, FORTUNA, 2017).

Tais considerações reforçam que, “como ideia, a literatura negra congrega uma potência irreduzível de ruptura”, sobretudo porque “mescla em um sintagma dois nominativos que a racionalidade eurocêntrica não concebe em paralelo: como já foi dito por inúmeros pensadores negros e antirracistas” (MIRANDA, 2019, p. 18). A pesquisadora ainda adverte que, “diferente do que acontece com ‘música negra’, ‘arte negra’, ‘dança negra’, etc., a ‘literatura negra’ causa incômodo e reação porque deliberadamente posiciona o negro como sujeito da escrita” (MIRANDA, 2019, p. 18).

Não obstante, as omissões e demonstrações de racismo não são fortes o suficiente para apagar as vozes de autoria negra. É justamente com o intuito de corrigir ou ao menos reparar tais lapsos que a interseccionalidade pode agir como metodologia. Remontando-se à origem do termo, a jurista Kimberlé Crenshaw o cunhou em 1989, no texto “*Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*” (“Desmarginalizando a intersecção de raça e de sexo; uma crítica feminista negra da doutrina da antidiscriminação, da teoria feminista e das políticas antirracistas” – trad. nossa). Contudo, Crenshaw o inaugura porque ceifou o que plantou o movimento de conscientização e politização da mulher negra norte-americana, com nomes como Angela Davis em *Women, Race and Class* (*Mulheres, raça e classe*, 1981); bell hooks em *Ain’t I a Woman?: Black Women and Feminism* (*Não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo*, 1981); Alice Walker em *In Search of Our Mothers’ Gardens* (*Em busca dos jardins de nossas*

mães, 1983); Audre Lorde em *Sister Outsider (Irmã outsider, 1984)*, Patricia Hill Collins em “*Learning from the outsider within: the sociological significance of black feminist thought*”<sup>20</sup> (“Aprendendo com a *outsider* de dentro: o significado social do pensamento feminista negro”, 1986), entre outras pensadoras.

Ainda na década de oitenta, o Brasil segue o fluxo e propõe debates com Lélia Gonzalez em “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1983), “Mulher negra” (1985), “Por um feminismo afrolatinoamericano” (1988), “A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social” (1988), entre outros textos. A intelectual mineira é uma das pioneiras ao adotar a visão de interseccionalidade em seus estudos – ainda que o termo não estivesse em voga então. Seu conceito de “amefricanidade” (1988) é pioneiro na sistematização de discussões em torno da tríade “racismo, colonialismo, imperialismo e seus efeitos” (GONZALEZ, 1988a, p. 71). A autora pensa as “implicações políticas e culturais da categoria de Amefricanidade” para além de suas “limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico”, na tentativa de agregar “todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas)” no que se relaciona à realidade “afrocentrada” (GONZALEZ, 1988a, p. 76).

Desde então, a abordagem acerca da interseccionalidade tem sido usada em profusão. Em entrevista, Patricia Hill Collins define o conceito como um “quadro de referência que diz respeito primeira ou unicamente à experiência das mulheres de cor, das pessoas negras, das minorias sexuais, dos pobres, jovens e politicamente excluídos”. Na sequência, a autora ressalta que “a interseccionalidade não é um campo que pretenda explicar ou manter a ordem social; ao contrário, almeja criticá-la e transformá-la” (*apud* GUIMARÃES, 2021, p. 288).

Assim que, ao tomarmos o conceito de interseccionalidade aplicada à literatura brasileira, é preciso partir da ideia de reconstrução do cânone nacional. Cuti, em *Literatura negro-brasileira*, observa que “o chamado cânone literário predominante no Brasil é de estofado europeu” (2010, p. 48). O teórico questiona: “Qual a margem de negociação para quem deseja furar o bloqueio que o cerca no ato da construção de seu texto?”, e logo responde: “Pagar o preço pela ousadia de tentar propor a mudança de hábitos de escrita cristalizados e pagar o preço pelo conteúdo não desejado pelas instâncias de poder estabelecidas na área” (CUTI, 2010, p. 49).

De fato, reconstruir o cânone é sinônimo de renovar textos, normas e nomes formadores em aderência às instâncias de poder. Com relação à crítica literária, o sociólogo francês Roger Bastide é um dos pioneiros a incluir autores negros em *A poesia afro-brasileira*, publicado em 1943. Contudo, os nomes que compõem a obra são apenas masculinos: Gonçalves Crespo, Cruz e Sousa,

---

<sup>20</sup> Todos os títulos são traduções nossas. Lembrando-se que o termo “outsider” se refere à “forasteira”, “intrusa”, “marginal”, e, nas obras supracitadas, pode ser traduzido como “de fora do sistema”, “contrária ao sistema”.

Gonçalves Dias, dentre outros. Não consta um só nome de escritora mulher na seleção – nem de mulher, nem de mulher negra. A razão da omissão nos é historicamente conhecida: durante o regime escravocrata e mesmo no pós-abolição, o pensamento era o de que, como “as mulheres africanas já trabalhavam na agricultura antes de serem transportadas para a América, isto foi entendido como uma confirmação de que elas ‘naturalmente’ serviam para o trabalho nas plantations, em oposição à figura ‘frágil’ da mulher branca europeia” (SOUSA, 2021, p. 199). Jamais o sistema escravocrata permitiria que a mulher, negra, ocupasse outros espaços senão o trabalho pesado, a função de procriar e servir, sem acesso à educação e à literatura.

Como romper, pois, com “os discursos sacralizados da tradição”, como aponta Zolin (2009, p. 218)? Hoje, passados mais de um século da abolição, a academia pode – e deve – reavaliar o cânone. Veja-se o exemplo de Carolina Maria de Jesus, que em fevereiro de 2021 recebeu o título de Dra. Honoris Causa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tais acontecimentos, porém, só foram alcançados porque novos estudos sobre sua obra vêm, cada vez mais, sendo desenvolvidos, impulsionados, sobretudo pela filha da autora, Vera Eunice, uma das protagonistas nas edições de Carolina. Outro caso feliz é o de Conceição Evaristo, que em setembro de 2022 tomou posse como titular da Cátedra Olavo Setúbal de Arte, Cultura e Ciência, da Universidade de São Paulo.

Nesse compasso, esboçam-se questões acerca do cânone e da vital participação da autoria negra de mulheres na literatura brasileira. Desde já importa observar que esse estudo adota a terminologia “literatura negro-brasileira”, cunhada por Cuti: “O sujeito étnico negro do discurso enraíza-se, geralmente, no arsenal da memória do escritor negro. E a memória nos oferece não apenas cenas do passado, mas formas de pensar e sentir, além de experiências emocionais” (CUTI, 2010, p. 89). Assim que importa aqui a noção de autoria da mulher negra como agente de seu texto, crítica de sua sociedade, verdadeira cronista de seu tempo:

Os conceitos para articular a ideia de literatura negra estão em amplo funcionamento, provando sua substância e nos dando margem para, enquanto corpo crítico que já parte da herança deixada pelos primeiros estudiosos (que precisaram empenhar todos os esforços para mostrar a legitimidade de tal produção), tentar ficar a par das tessituras de variadas linhas, de textos que capturam, atingem, significam, comunicam – independente do aparato conceitual prévio mobilizado pela crítica (MIRANDA, 2019, p. 39).

Precisamente, a leitura de *Silêncios e prescritos* (2019), da pesquisadora Fernanda Miranda, traz a análise de oito romances de autoras negras brasileiras, que escreveram entre 1859 e 2006. Sem dúvidas, ações como esta nascem

na tentativa de reinserção do cânone literário, deixando-se nomes clássicos, homogênicos de lado, dando-se primazia às autoras mulheres, negras, antes caladas. Recortes interseccionais importam à historiografia literária e à produção de autoras que foram relagadas ao esquecimento – ou ao menos à tentativa de.

Além de Cuti, essa revisão bibliográfica compartilha da visão de negritude expressa por Munanga (2015), que entende que as definições de “negro(a)” no Brasil, principalmente as difundidas pelo Movimento Negro, apresentam caráter político e social, e não biológico:

O problema fundamental não está na raça, que é uma classificação pseudocientífica rejeitada pelos próprios cientistas da área biológica. O nó do problema está no racismo que hierarquiza, desumaniza e justifica a discriminação existente. No entanto, o racismo no século XXI não precisa mais do conceito de raça, pois se fundamenta sobre novas essencializações (MUNANGA, 2015, p. 25).

Com esta prerrogativa em mente, importa pensar que implantar ações afirmativas na área da historiografia/crítica literária da produção de autoras negras brasileiras são urgentes, pois salvar as memórias, os escritos e os percursos sociais, políticos, econômicos, culturais e étnicos dessas mulheres é garantir seu lugar de direito na produção da literatura nacional.

### AMEFRICANANDO, SULEANDO CONCEITOS

Outro vocábulo adotado aqui é ‘*sulear*’, usado como enfrentamento ao caráter superior do termo ‘*nortear*’, contrariando a lógica eurocêntrica como referência universal. Na década de 1990, Paulo Freire usou a expressão “*suleá-los*” em *Pedagogia da esperança*, propondo uma aproximação à “pedagogia do oprimido” (1992, p. 15). Freire se apoiou no conceito do físico brasileiro Marcio D’Olme Campos, que em “*A Arte de sulear-se*” (1991) faz menção aos termos “*sulear-se*” e “*suleamento*”, denunciando as demarcações de territórios/espacos e épocas que se apoiaram exclusivamente na realidade dos países colonizadores/dominantes. De modo que associamos *sulear* não apenas à questão geográfica, mas a epistemologias que valorizem e reconstruam a identidade negra, ou, nas palavras de Freire, como “práticas educativas emancipatórias” (1992, p. 15).

Intentamos aqui *sulear* conceitos que celebram a mulher negra na posição de intelectual, produtora de literatura, que se quer emancipada e vê na escrita um lugar para isso. A poeta e atriz Elisa Lucinda, em “A escrevente” (2016, p. 199), posiciona-se: “Eu escrevo o meu desejo / ‘Poesia é o documento do sonho’ / De quem não aceita o degredo”. Conceição Evaristo, em “Ao escrever” (2017, p. 90), confia no coletivo: “Ao escrever a dor, / sozinha, / buscando a ressonância

/ do outro em mim / há neste constante movimento / a ilusão-esperança / da dupla sonância nossa”. Já a poeta Jarid Arraes, em “Caligrafia da resistência”, poema em homenagem à Conceição Evaristo e Amelinha Teles (2018), salienta sua metodologia literária: “queria ter essas / mãos / que escrevem / a caligrafia da resistência / os discursos que / irão e continuarão / exclamando cheios / de força / jorrando / identificação / essas mãos” (grifo nosso).

Resistente, pulsante, visceral, a escrita da mulher negra se configura como contraponto interseccional no sistema literário nacional. Vozes não faltam, e elas falam mais alto na coletividade, como esboça Jarid Arraes sobre a ideia grifada acima:

A caligrafia da resistência é nossa insistência, nossa criatividade, nossa resiliência, nossa força, nosso sofrimento e nossa festa em escrever a História, a literatura e as estratégias para construir uma coisa outra, um mundo outro. Essa caligrafia da resistência talvez faça parte da minha produção literária, mas eu desejo muito ter essas mãos que escrevem a caligrafia da resistência. Porque eu insisto bastante e tento ser criativa para continuar escrevendo, publicando, inventando projetos, sobretudo coletivos (ARRAES *apud* SILVA *et al*, 2018).

Ou, como poetiza Ryane Leão, “cada vez que encontro outras mulheres / para partilhar histórias / nos tornamos terra fértil” (2017, p. 108). Não há dúvidas de que a mobilidade interseccional vinga na literatura brasileira a partir de uma coletividade, desde o foco de Sueli Carneiro em “Mulheres em Movimento”, ao diferenciar o feminismo negro das demais correntes e ideologias dominantes:

Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Carneiro ressalta que, “ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos” (2003, p.

119). As distintas matizes identitárias amalgamadas nos grupos subalternizados vigentes no mundo hegemônico, sobretudo o das mulheres negras no campo da produção literária, dialetiza na medida em que enxerga e enaltece o processo de escrita dessas mulheres, e, simultaneamente, exige o reconhecimento de suas palavras como ação, em sentido engajado.

Veja-se Carolina Maria de Jesus, que em *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960) narra sua vida entre os anos de 1955 e 1960, para ainda além de temas como a fome, a miséria e a opressão do mundo racista que a cerca – tanto na comunidade carente onde habita quanto fora dela. A escritora não deixa de transpor sua visão política ao se posicionar como “poeta”, pronta a “enfrenta[r] a morte quando vê o seu povo oprimido” (JESUS, 1960, p. 35). Uma poeta *flâneur*: “E as lágrimas dos pobres comove os poetas. Não comove os poetas de salão. Mas os poetas do lixo, os idealistas das favelas, um expectador que assiste e observa as tragédias [...]” (JESUS, 1960, p. 45). Em sua *flânerie*, o eu-poético não atravessa as pontes da Paris baudelairiana; não compreende a multidão a partir da estética vanguardista europeia. Ao contrário, ela se expõe como “expectador[a] que assiste e observa as tragédias”.

Atenção aos verbos “assistir” e “observar”: no escopo da interseccionalidade, a poeta coletiva é aquela que fixa os olhos com destreza, que estuda, que lê seu ambiente e quem nele convive, sobrevive, oferecendo assistência, ainda que na rotina das mazelas. Ao direcionar a atenção ao outro, a poeta coletiva “torna-se sujeito”, denunciando o racismo, as injustiças, as tragédias e vivências de seu tempo baseada “em suas subjetividades e próprias percepções”, como entende Grada Kilomba em *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (2019, p. 12).

Carolina Maria de Jesus, Maria Firmina dos Reis, Beatriz Nascimento, Conceição Evaristo, Esmeralda Ribeiro, Cidinha da Silva, Cristiane Sobral, Geni Guimarães, Jarid Arraes, Ryane Leão são uma dezena de nomes, entre tantos outros, que experimentam a vivência “amefricana” (GONZALEZ, 1988b). Carla Akotirene, em *Interseccionalidade*, atenta para a história: “O pensamento feminista se deu mediante a construção a ferro e águas atlânticas, e a interseccionalidade veio até nós como ferramenta ancestral” (2019, p. 17).

Por certo, a ancestralidade é marca de um posicionamento interseccional no tocante ao grupo das mulheres negras, cujos antepassados africanos deixaram seu rastro pelas Américas. Akotirene segue com sua argumentação sobre a relação ancestralidade/interseccionalidade ao perceber que a “articulação metodológica proposta pelas feministas negras, atualmente chamada de interseccionalidade, recupera as bagagens ancestrais perdidas, milhões delas espiritualmente, presentes n[as] palavras do transatlântico” (2019, p. 25). A estudiosa parte do princípio de que é crucial “descolonizar perspectivas hegemônicas sobre a teoria da interseccionalidade e adotar o Atlântico como *locus* de opressões cruzadas” uma vez que acredita “que esse território de

águas traduz, fundamentalmente, a história e migração forçada de africanas e africanos” (AKOTIRENE, 2019, p. 14).

Diante da perspectiva Atlântica, eis que surgem as perguntas: afinal, o que é literatura negro-brasileira (ou afro-brasileira)? Além de sua origem, quais critérios a circunscrevem (ou não) à produção literária nacional como um todo? Seria essa área marcada pela presença autoral ligada à questão diaspórica/africana? Collins (*apud* GUIMARÃES, 2021, p. 318) responde que “ampliar essa lente para abranger as mulheres na diáspora africana e suas relações com o feminismo negro agrega camadas adicionais de complexidade e de possibilidade”:

Meu foco nos últimos anos tem sido o feminismo negro no Brasil, um importante local do feminismo diaspórico africano que, por não se originar nos Estados Unidos, oferece uma âncora importante para o feminismo negro diaspórico. O Brasil se constitui num importante ponto de referência, entre o feminismo africano e o feminismo negro nos Estados Unidos. Para mim, o feminismo negro no Brasil é um projeto que tem uma energia que deriva dessa herança africana, mas que também se baseia na necessidade. Enquanto as necessidades das mulheres negras no Brasil permanecerem não atendidas, a necessidade do feminismo negro persistirá. Tive a sorte de passar um tempo com uma incrível variedade de mulheres negras no Brasil que afirmam sem pejo a negritude e o feminismo. Além disso, é impressionante o alcance do feminismo negro para ultrapassar as fronteiras do ensino superior, das políticas públicas, das artes e do ativismo popular. Existe aqui uma sinergia intelectual e uma energia que faltam nos Estados Unidos. Esse é o tipo de compromisso a que me referi anteriormente, e está profundamente organizado nos diferentes locais, mas também entre gerações. Enquanto as necessidades das mulheres negras no Brasil permanecerem não atendidas, a necessidade do feminismo negro persistirá (COLLINS *apud* GUIMARÃES, 2021, p. 318).

Patricia Hill Collins qualifica o Brasil como “importante local do feminismo diaspórico”, verdadeiro “ponto de referência entre o feminismo africano e o negro nos Estados Unidos”. Se considerarmos que a realidade sociocultural brasileira se constitui de um mosaico, o sujeito negro reconstrói sua ancestralidade africana por meio de rupturas e junções, concomitantemente. O escritor Edimilson de Almeida observa:

No Brasil, as investigações, simpósios, conferências e publicações levadas a termo por pesquisadores de diversas universidades



têm chamado a atenção para nomes de importantes poetisas e prosadoras afro-brasileiras. Dentre estas, destacam-se a já citada Maria Firmina dos Reis, Auta de Souza, Carolina Maria de Jesus, Ruth Guimarães, Conceição Evaristo, Miriam Alves, Esmeralda Ribeiro, Geni Mariano Guimarães e Ana Maria Gonçalves. Esse elenco demonstra que, apesar do espaço restrito oferecido às mulheres no cenário da literatura nacional, pode-se, hoje, tomar contato com percursos que revelam autoras mergulhadas na análise de seus dramas pessoais e também nos dramas da sociedade brasileira (PEREIRA, 2010, p. 177).

Diante de tal quadro, Collins diz que “o feminismo negro no Brasil é um projeto” cuja “energia deriva” da ancestralidade, da “herança africana”, muito embora se paute e sobreviva a partir da “necessidade” das mulheres presentes nesse modelo de interseccionalidade. Ademais, Collins fala de uma “sinergia” e um valor de “compromisso” organizado e repassado entre “gerações”. Esse é o caso das escritoras negro-brasileiras: Conceição Evaristo, aos 75, escreveu o prefácio de *Querem nos calar: poemas para serem lidos em voz alta* (2019), antologia de jovens poetisas negras organizada por Mel Duarte, de 33 anos. Diz Evaristo: “Ao compor este texto, me coloco apenas como uma leitora que encontra, nas vozes desta coletânea, um lugar em que as falas de outras mulheres, assim como a minha, se compactuam, se encontram no que está dito, no que está escrito” (*apud* DUARTE, 2019).

Falas que se compactuam: mais, falas que se encontram, falas que existem em junção, seguindo-se o fluxo de grupos de mulheres amefricanas que surgiram entre as décadas de 1970 e 1980, a exemplo do Coletivo de Mulheres Negras de SP, do Grupo de Mulheres Negras do RJ, do Aqualtune, do Luísa Mahin e do Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras, Centro de Mulheres de Favelas e Periferia (RJ) (DOMINGUES, 2009, p. 39). Notemos que alguns dos nomes fazem referência a heroínas negras, como a princesa do Congo escravizada no Brasil, Aqualtune, líder quilombola dos mocambos do Quilombo dos Palmares, avó materna de Zumbi; Luísa Mahin, personalidade cuja existência paira entre a ficção e a realidade – de origem africana, teria articulado levantes de escravos na Bahia, muito embora críticos e historiadores apelem para o caráter de a heroína ser uma espécie de *alter ego* de Luís Gama; e a grande Rainha do Ndongo e de Matamba, Nzinga Mbande, guerreira, astuta nas negociações com os portugueses, conduziu os exércitos angolanos até os 73 anos. Isso nos leva a perceber que o quilombamento dos grupos exigia o compromisso de salvaguardar a memória de figuras históricas importantes, míticas, criando novos modelos identitários, alheios ao padrão europeu de poder e/ou narrativa heroica.

Ao amefricanar, *sulear* conceitos, encontramos a presença do quilombismo na década de oitenta, em especial no período da redemocratização, com a

promulgação da Constituinte de 1988, quando Abdias do Nascimento clama pela luta que os povos dominados travaram no continente: “O quilombismo busca o presente e o futuro e atua por um mundo melhor para os africanos nas Américas, reconhecendo que esta luta não pode se separar da libertação dos povos indígenas também, igualmente vítimas de racismo e da destruição desumana” (2003, p. 20).

Ainda na década de oitenta, conectada à ideia de quilombismo, a pesquisadora, jornalista e escritora Beatriz Nascimento encontra no quilombo resistência por seu “caráter libertário”, cujo motor “ideológico” mantém-se “na tentativa de afirmação” do coletivo (1981 *apud* NASCIMENTO, 2018, p. 211); verdadeiro “reforço à identidade cultural” (1985, p. 48). A estudiosa já estava conectada à ideia do quilombismo ainda antes da década de oitenta, visto que em 1976, especificamente no texto “Quilombos: mudança social ou conservantismo?”, entende que os agrupamentos se formaram “mais na necessidade humana de se organizar de uma forma específica que não aquela arbitrariamente estabelecida pelo colonizador” (*apud* NASCIMENTO, 2018, p. 7). Daí a ideia de resistência do quilombo como nova epistemologia.

Entre as poetisas contemporâneas que retomam a concepção de quilombismo e amefricanismo, ressalte-se Conceição Evaristo em “*Malungo, brother, irmão*”, poema publicado originalmente na década de noventa nos *Cadernos Negros*:

No fundo do calumbé  
nossas mãos ainda  
espalmam cascalhos  
nem ouro nem diamante  
espalham enfeites  
em nossos seios e dedos.  
Tudo se foi  
mas a cobra  
deixa o seu rastro  
nos caminhos aonde passa  
e a lesma lenta  
em seu passo-arrasto  
larga uma gosma dourada  
que brilha no sol.

um dia antes  
um dia avante  
a dívida acumula  
e fere o tempo tenso  
da paciência gasta  
de quem há muito espera.

Os homens constroem  
no tempo o lastro,  
laços de esperanças

que amarram e sustentam  
o mastro que passa  
da vida em vida.  
no fundo do calumbé  
nossas mãos sempre e sempre  
espalmam nossas outras mãos  
moldando fortalezas e esperanças,  
heranças nossas divididas com você:

malungo, brother, irmão (EVARISTO, 2017).

Note-se que o próprio título é um chamado à luta coletiva: “*Malungo, brother, irmão*”. Câmara Cascudo, em *Dicionário do folclore brasileiro*, informa que “*malungo*” (do kikongo *m’alungu*) alude à gíria falada pelos escravizados e significava “companheiro de navio”, uma vez que os africanos se referiam a seus “irmãos” de cativo de “*meu malungo*” (2005, pp. 540-541).

O poema, de vigor visual, retrata uma cena bastante comum dos séculos XVII e XVIII, principalmente em Minas: a caça aos metais e pedras preciosas. Assim que as mãos se encontram no fundo do “*calumbé*”, vocábulo que tanto em tupi (*karumbé*) quanto em banto (*carumbé*) significa: “vasilha ou gamela cônica, de pau, na qual se conduz o cascalho que vai ser lavado nas catas de ouro ou diamante” (QUEIROZ, 2019, p. 105). É como se o eu-lírico nos levasse, em movimentos circulares da água lavando o ouro, ao passado colonial brasileiro. Observe-se que a primeira estrofe é marcada pelo adjetivo de negação, indicando que tais mãos jamais serão adornadas por “ouro” ou “diamante” – ao contrário, são mãos que trabalham, que “espalmam cascalhos”.

Na sequência, a segunda estrofe dá continuidade à viagem histórica proposta na primeira: “Tudo se foi”. O correr da história. Contudo, logo no segundo verso a presença do advérbio, “mas” torna legítima a força do passado, cujas marcas não foram – nem podem – ser apagadas da memória. Por isso “a cobra / deixa o seu rastro / nos caminhos aonde passa”. Quanto à presença da “lesma”, metaforicamente ela casa tanto com o sentido de lentidão histórica do processo escravista, secular, como também tem ligação direta à associação do dourado, do ouro da primeira estrofe: a lesma “larga uma gosma dourada / que brilha no sol”. A sequência de imagens douradas traz os malungos e malungas à uma história de luz, e não de trevas, como poderia prevalecer no poema. A luta é eterna e a luz sempre esteve no processo de engajamento histórico da poeta.

Seguindo-se, a passagem do tempo é o propulsor do poema. A terceira estrofe marca esse fluxo: o dia é “antes” e “avante” – compreende o ontem e o amanhã –, por isso “a dívida acumula”. Por certo, quatro séculos de escravidão são uma dívida assombrosa. Desde o princípio, a colonização no Brasil foi pautada por um sistema que define as práticas sociais em favor do grupo dominante – no caso, o europeu, branco, patriarcal. Tal estrutura impunha as

leis de mercado, da propriedade privada, das finanças e da própria questão da liberdade. Mbembe, em *Políticas da inimizade*, remonta ao fato de que “a ordem democrática, a ordem da plantação e a ordem colonial” mantiveram, durante muito tempo, relações que “estão longe de ter sido acidentais” uma vez que “democracia, plantação e império colonial fazem objetivamente parte de uma mesma matriz histórica” e que esse “fato originário e estruturante é central a qualquer compreensão histórica da violência” (2017, p. 44).

Historicamente, há uma “dívida acumulada” do país com a população negra e os povos indígenas. Séculos de escravidão e desigualdade econômica e social despertam no eu-lírico a voz coletiva: “a paciência está gasta”. E assim como as mãos dos escravizados eram gastas no garimpo, a capacidade de suportar as injustiças sociais e os problemas remanescentes de um país que se fortaleceu com base escravocrata também se mostra saturada. Não são alguns dias, não são meses, não são anos. São séculos, por isso a reflexão: “de quem muito espera”, contida no verso final dessa estrofe, não pode ser descrito como hiperbólico, senão como retrato social, real de seu tempo. A resistência é contínua:

da luta e do futuro que há que sulcar custe o que custar. Essa luta tem como finalidade produzir a vida, derrubar as hierarquias instituídas por aqueles que se acostumaram a vencer sem ter razão [...]. Essa luta tem uma dimensão tripla. Visa antes destruir o que destrói, amputa, desmembra, cega e provoca medo e cólera [...]. Depois, tem por função acolher o lamento e o grito do homem mutilado, daqueles e daquelas que, destituídos, foram condenados à abjeção; cuidar, e eventualmente, curar aqueles e aquelas que o poder feriu, violou ou torturou ou, simplesmente, enlouqueceu (MBEMBE, 2011, p. 2).

De fato, a última estrofe do poema faz valer a luta em “dimensão tripla” apontada por Mbembe (2011), sobretudo por seu sentido de esperança, de construção. As mãos aqui já não executam o movimento circular de achar ouro e diamantes “no fundo do calumbé”, porém se “espalmam”, dão-se “moldando”, construindo “fortalezas e esperanças”. Note-se que o antepenúltimo verso segue uma sequência interessante: ao terminar com “esperança”, o penúltimo verso traz “herança”, não apenas estabelecendo uma cadência oral ao texto poético como ressaltando, nas paroxítonas, a espera conjunta, consciente da ancestralidade que marca a vida “dividida” com os malungos e malungas de luta.

Na pegada do quilombismo que transborda na poética negra, Ryane Leão, em “Identidade”, consegue captar o sentido de coletividade presente no poema de Evaristo:

foi uma mulher negra e escritora  
de pele e alma como a minha  
que me ensinou sobre os vulcões e as rédeas e os freios  
sobre os tumultos dentro do peito  
e sobre a importância de ser protagonista  
nunca segundo plano

se você encostar a mão entre os seios  
vai sentir os rastros de nossas ancestrais  
somos continuidade das que vieram antes de nós (2017, p. 68).

O poema, publicado em *Tudo nela brilha e queima: poemas de luta e amor* (2017), apresenta o eu-lírico meditativo com a memória de uma descoberta: “foi uma mulher negra e escritora” quem a “ensinou” sobre imagens e linguagens poéticas, instigando-lhe sensibilidades. Há, aqui, o que poderíamos chamar de uma pedagogia do afeto, pois quem ensina não é um indivíduo alheio, estranho, mas uma mulher “de pele e alma” como a da presença poética. Temos um reconhecimento, pois, como sinaliza Kilomba, as mulheres negras representam uma espécie de “dupla alteridade” uma vez que são “a antítese de ambos, branquitude e masculinidade” (2019, p. 124). A alteridade do eu-poético foge do polo “branquitude e masculinidade”, pois se liga à tríade que a qualifica (juntamente com a figura inspiradora escolhida) como: 1. mulher; 2. negra; 3. escritora. O espelho primeiro focaliza o gênero, depois a etnia, para então extravasar no âmbito da escrita. Uma escritora que ensina a outra.

Desde o primeiro verso a noção de ancestralidade impera. É essa mesma mulher negra, escritora, quem ensina a poeta sobre “a importância de ser protagonista” de sua própria vida. Mas, para que tal consciência se instaure, há um processo: é preciso “encostar a mão entre os seios” para identificar “os rastros” das vozes “ancestrais”. O gesto poético de “encostar a mão entre os seios” liga-se, primeiramente, ao fato de que os seios materializam o mais forte vínculo afetivo de maternidade; fonte de amamentação, conforto. Ademais, os seios são o símbolo vivo da resistência da mulher negra, sobrevivente num mundo de opressão e desigualdades. Lélia Gonzalez entende que a herança e a resistência cultural são fatores dinâmicos na construção das mulheres “amefricanas”, descritas por ela como as “herdeiras de uma outra cultura ancestral” (1988, p. 2).

Os rastros, tanto no poema de Evaristo quanto no de Leão, são vestígios, o concreto de quem existiu e, no entanto, apesar de o tempo, permanece. Tal e qual, o eu-lírico de Elisa Lucinda, no poema “Última moda”, apega-se à tentativa de negar o que lhe é imposto, enaltecido como verdade pelo mundo de consumo, por estéticas e vivências distintas à sua:

Esta roupa não me serve  
aquele uniforme não me cai bem  
não quero essas regras

não mereço  
não quero essas formas  
essas ordens  
essas normas  
esses panfletos  
o que pode ser dito  
o que não deve ser falado  
o importante não dito  
o que deve ser feio  
o que pode ser bonito.  
Algemas nas correntes estéticas  
não me interessam  
não quero esses boletos  
essas etiquetas  
esses preços  
esses compromissos.  
Não tenho código de barras  
não tenho marcas  
comportamento,  
não caibo nestas caixas  
nestas definições  
nestas prateleiras.  
Quero andar na vida  
sendo a vida pra mim  
o que é para o índio a natureza.  
Assim voo, pedalando solta  
na estrada do rio da beleza  
nos mares da liberdade alcançada, essa grandeza.  
Em tal grandeza meu corpo flutua...  
Nos mares doces e nas difíceis águas da vida crua,  
minha alegria prossegue, continua.

Despida de armas e de medos  
sou mais bonita nua (LUCINDA, 2016, pp. 273-274).

O texto faz parte de uma extensa gama de poemas publicados em *Vozes guardadas* (2016), livro que traz a junção de sensações, memórias, angústias, críticas, devaneios, sabores e desejos da autora durante o período de uma década. Em entrevista ao programa *Diálogos ausentes* (jun. 2017), Lucinda apresenta-se: “Sou uma mulher, sou negra e sou brasileira, e o impacto dessa realidade escorre na minha literatura. [...] Sou uma pessoa muito dependente dessa inspiração do cotidiano, seja ele qual for: uma guerra, um luar”. Por certo, o alumbramento do dia a dia está no poema supracitado: os “uniformes”, as “regras”, as “formas”, “as normas”, as “ordens” e os “panfletos” são rejeitados pelo eu-lírico, de modo que o engajamento da autora já se mostra nos primeiros versos, ao aplicar o valor negativo, com sentido de rejeição.

Como poeta, há um apreço pela liberdade em todos os momentos, desde quando a entidade lírica informa que “algemas nas correntes estéticas” não a

“interessam”, ao bradar que não tem “código de barras” tampouco “marcas” ou moldes de “comportamento”. A voz é categórica: “não caibo nestas caixas”. Quais seriam, pois, as “caixas”? Em *“Racismo e sexismo na cultura brasileira”*, lê-se:

O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar a reflexão, ao invés de continuarmos na repetição e reprodução dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações (GONZALEZ, 1983, p. 225).

Em “Última moda”, Elisa Lucinda quebra as caixas ao “desafiar” os modelos e o sistema imposto como norma à mulher negra – por isso rejeita “estéticas”, “definições”, “prateleiras”. Note-se que a imanência poética passa mais da metade do poema negando, para então, numa segunda parte, entender-se, definir-se, aceitar-se: “Quero andar na vida”. Não somente andar, a poeta quer “voar”, “pedalar solta” nas águas, sejam elas de Oxum, orixá das águas doces, da fecundidade e da beleza (“na estrada do rio da beleza”); sejam elas de Iemanjá, orixá das águas salgadas, da maternidade, do cuidado (“nos mares da liberdade alcançada, essa grandeza”). O eu-lírico busca, desde o início, pela liberdade de ser quem é, por isso, “despida de armas e de medos”, ela, a mulher negra, escritora, vê-se “mais bonita nua”. Contrariando a expectativa do mundo de consumo e das estéticas hegemônicas, a nudez aqui está metaforicamente ligada à alma franca do eu-poético. Nudez como autoconhecimento, como ato político, de quem se despe das amarras sociais, das convenções e imposições que apertam, que não servem como não serve a roupa apertada, sem serventia.

A não serventia das convenções pode ser empregada à teoria crítica literária atual, que já não cabe na fórmula utilizada por estudiosos que não incluíam escritores(as) negros(as) em sua análise do cânone brasileiro. Vejamos alguns casos: Afrânio Coutinho, em *“O processo de descolonização literária”* (1983, p. 54), chega a afirmar que não há literatura negra, mas sim, escritos fruto de uma época, da qual fazem parte negros e brancos. Contra tal posicionamento, o escritor e professor Edimilson de Almeida Pereira, em artigo produzido à revista *Callaloo*, produzida pela John Hopkins University/University of Virginia, inverte o conceito de “tradição fraturada” de Coutinho sobre os países colonizados, abrindo espaço à representatividade negra na literatura brasileira, desde a poesia, o conto, a crônica, o teatro e o romance. O autor defende o uso de um “critério mais pluralista” que possa “demonstrar a Literatura Afro-brasileira como uma das faces da Literatura Brasileira – esta mesma sendo percebida como uma unidade constituída de diversidades” (PEREIRA, 1995, pp. 1035-1040).

Voltando-se ao período aqui enfocado, década de 1980, as publicações tomam fôlego com *Raça e cor na literatura brasileira* (1983), ensaios de David Brookshaw; e *Negritude e literatura na América Latina*, de Zilá Bernd, em 1987. Embora os dois estudos tomem metodologias distintas – Brookshaw puxando para o lado da “raça”, conceito que Bernd considera perigoso –, a leitura de Bernd (1987), sobretudo nos capítulos “Negritude e identidade” e “O processo de construção de uma identidade negra”, remonta ao percurso dos africanos às Américas, enfatizando-se o processo de *desculturação* de suas origens, ao mesmo tempo em que os sujeitos, apesar da passagem dos séculos, não são inseridos na construção da identidade nacional brasileira, tendo em vista sua condição de escravizados e de descendentes.

Um ano depois, em 1988, Bernd lança *Introdução à literatura negra*, livro que desdobra questões impostas anteriormente, a exemplo do espaço dado à literatura negra, já que tal campo não se insere na dimensão clássica, dominante: “Na verdade, é possível afirmar que a literatura negra surge como uma tentativa de preencher vazios criados pela perda gradativa de identidade determinada pelo longo período em que a ‘cultura negra’ foi considerada fora-da-lei” (pp. 22-23). Contudo, com a tomada de consciência de identidade, a autora vai dizer que “é visível o esforço” da literatura negro-brasileira “de não renegar um passado histórico de sofrimento mas, ao contrário, de evocá-lo, associando-o ao permanente impulso do negro em direção à sua liberdade” (BERND, 1988, p. 91).

Nesse sentido, sobretudo depois do período repressivo no país, com presenças cruciais como a de Abdias Nascimento, a crítica tomará contornos bastante distintos. Particularmente, o ano de 1988 marca o centenário da Abolição, de modo que as editoras passam a demonstrar maior “interesse” na questão negra, em todos os seus aspectos. Hattner (2009), explica que nesse ano foram publicadas duas obras “fundamentais para os estudos de literatura de autoria negra no Brasil: *Poesia negra no Modernismo brasileiro*, de Benedita Gouveia Damasceno, e *Introdução à literatura negra*, também de Zilá Bernd”. O ensaio de Damasceno, originalmente apresentado na Universidade de Brasília como dissertação de mestrado em 1980, mostra a visão “mercadológica” da ‘inclusão’ salientada por Hattner (2009, p. 79), visto que “é curioso pensar como um trabalho interessante como esse [...] precisou esperar tanto tempo para ser publicado”. Ele completa; “Nesse caso, o oportunismo de sua publicação em 1988 apenas comprova os mecanismos de exclusão da literatura afro-brasileira, que atingem não só as suas expressões, mas também seus discursos críticos” (HATTNER, 2009, p. 79).

Cronologicamente, nossa leitura nos levou a perceber que de Bastide e Milliet uma lacuna se moveu nos anos 1950, 1960 e 1970 sobre os estudos focados em autores e obras de escritores negro-brasileiros. Ou seja, também os(as) autores(as) negros(as) foram silenciados durante o período ditatorial. Por razões óbvias, tal engajamento incomoda em países racistas, conforme



discursou Abdias do Nascimento anos depois, já no Brasil democrático, sobre o apoio do país, na era Sarney, ao regime do apartheid na África do Sul:

O apartheid já foi definido muito propriamente como um crime contra a humanidade. A consciência livre do mundo, o espírito de justiça e de solidariedade humana tem repudiado essa prática do Governo da África do Sul [...]. Entretanto, para nossa vergonha, constatamos a ausência e a omissão do Governo do Brasil, no sentido de uma ação concreta que justifique uma prática as suas declarações contra o apartheid proferidas tanto na assembleia da ONU como mesmo pelo Exmo. Presidente José Sarney. É realmente uma contradição terrível que o Brasil, o maior país negro do mundo depois da Nigéria, que tanto se proclama o berço da “democracia racial” e que deveria liderar internacionalmente a luta contra o apartheid, mantenha relações diplomáticas e comerciais com o Governo sul-africano. Mais do que uma contradição e um infortúnio, a cumplicidade do Brasil com o apartheid é uma cegueira política de graves consequências para o futuro de nossas relações internacionais. Porque, mantendo esse tipo de endosso tácito ao governo assassino sul-africano, o Brasil se mantém um aliado das forças mais retrógradas e obscurantistas do nosso tempo (NASCIMENTO *apud* LARKIN, 2014, p. 77).

Em nosso estudo, compreendemos que a condição de silêncio foi rompida, principalmente, com a inauguração dos *Cadernos Negros*, em 1978, que, juntamente com as ações do Movimento Negro Unificado (MNU), passou a ser o veículo de maior voz aos autores fora do eixo europeizado como única vertente. Além de os *Cadernos Negros*, outra significativa fonte de informações é o site “Literafro – o portal da literatura afro-brasileira”<sup>21</sup>, fruto do trabalho do Grupo de Interinstitucional de Pesquisa Afrodescendências na Literatura Brasileira, coordenado pelo professor Eduardo de Assis Duarte (UFMG), cujas obras se destacam: *Notas sobre a literatura brasileira afro-descendente* (2002), *Brasil Afro-Brasilidade* (DUARTE; FONSECA, 2000) e *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica e “Por um conceito de literatura afro-brasileira”*, ambas de 2011.

Entre os(as) estudiosos(as) contemporâneos(as), a escritora, professora e pesquisadora Miriam Alves é outro nome de peso, com diversas publicações, principalmente voltadas às questões de gênero, as quais destacamos: “Axé Ogum” (1985), “Empunhando bandeira: diálogo de poeta” (2002), “Negra e lésbica: a leitura do corpo” (2002) e *Brasil Afro Autorrevelado: literatura brasileira contemporânea* (2010). No livro supracitado, a estudiosa aponta a

21 <http://www.letras.ufmg.br/literafro/>

importância da literatura negra como forma de se guardar a memória, espécie de “catalizador de histórias as quais transforma em registro ficcional e poético para transmiti-las não só como anais de fatos, mas, sobretudo, como a grafia de emoções perpetuando, no ato da escrita, o resgate do passado, o registro do presente da trajetória” (ALVES, 2010, p. 44) de seu povo. Ainda, a pesquisadora entende novas epistemologias levando-se em conta não apenas a literatura como forma de patrimônio histórico e cultural como também utilizando a noção de interseccionalidade, uma vez que a literatura negra de autoria feminina humaniza. Aqui, vamos além e entendemos que a literatura que humaniza é a mesma aberta à (re)criação do cânone.

Entre as centenas de estudiosos contemporâneos que publicaram livros, estudos, teses e artigos sobre a temática de autoria negra, destacam-se ainda: *O negro escrito: apontamentos sobre a presença do negro na literatura brasileira* (1987), de Oswaldo de Camargo; *O negro e a literatura brasileira* (1988) e *A trajetória do negro na literatura brasileira* (2004), de Domício Proença Filho; *A representação do negro na literatura brasileira* (1994), de Gizêlda Nascimento; *Imagens do negro na literatura brasileira* (1998), de Jean M. Carvalho França; *Relações de gênero e diversidades culturais nas Américas* (1999), de Heloísa Buarque Hollanda e Maria Helena Capellato; *Brasil Afro-brasileiro*, de Maria Nazareth Soares Fonseca (2000); *O negro brasileiro* (2001), de Arthur Ramos; “Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade” (2009), de Conceição Evaristo, entre outros.

*Silêncios e prescritos* (2019), de Fernanda Miranda, é um dos estudos atuais que mais chamam positivamente à atenção tanto pela seleção de conteúdo quanto pelo viés crítico da autora, instigada a apreender novos paradigmas:

A questão, portanto, é esta: superamos a fase de provar a existência desta literatura, pois quem duvida, sofre de cegueira. Embora os critérios elaborados por Bernd, Duarte e Cuti para classificar a autoria negra e a sua escrita encontrem ressonâncias em várias obras, nem sempre encontrarão correspondência em uma produção literária viva, dinâmica, crescente (envolvendo não apenas novas autorias, mas também novas leituras do passado). Por uma simples razão: a literatura estará sempre um passo à frente da crítica (MIRANDA, 2019, p. 39).

Curiosamente, no ponto de confluência entre a literatura estar sempre um passo à frente da crítica, Miranda acerta em cheio, uma vez que autoras como a própria Maria Firmina dos Reis é prova de que a literatura é, repetidamente, ação e reflexão: antes de a crítica se debruçar sobre a autora, primeira mulher a publicar um romance no país no século XIX, quando a atividade era efetuada pelos homens de amplos saberes de então, brancos, no poder. Adianta-se, pois, a escritora maranhense considerar temas como a escravidão, as mazelas da senzala,

ainda que se utilizando do artifício de uma digna estória do amor burguês. Tais particularidades confiam à autora um vanguardismo nas letras brasileiras.

Ao reconstruir o cânone da literatura de autoria negra e feminina no Brasil, o exemplo da escritora nordestina serve como guia político das produtoras literárias, sejam elas da escrita ou da palavra cantada. Sobretudo porque de Maria Firmina à jovem Ryane Leão já se vai um século e, no ínterim, os/as pesquisadores/as e as autoras demonstram um maior engajamento em relação à sua própria produção, de modo que a crítica não mais pode cobrir os olhos e deixar nomes importantes da literatura brasileira fora do cânone “apenas” por uma questão racial. Em nosso estudo, entendemos que esse “apenas” alcança dimensões paradoxais, “apenas” como um mar sem fim. Nesse sentido, a presença autoral da mulher negra supera a própria obra, já que o livro não é somente objeto de entretenimento, arte; porém instrumento de luta contra o projeto racista que exclui o pensamento daqueles que não seguem os preceitos caros ao colonizador: família patriarcal/branca/latifundiária. É contra essa tríade que notamos que as escritoras tem se posicionado desde que a primeira caravela aqui embarcou, com as velas flamejantes da cruz. Olhar o passado histórico nos fortalece a buscar soluções e a refletir sobre os impasses presentes na literatura de autoria negra contemporânea no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Miriam. **Brasil Autorrevelado: literatura brasileira contemporânea**. Belo Horizonte: Editora Nandyala, 2010.

\_\_\_\_\_. Axé Ogum. In: Quilombhoje (org.). **Reflexões sobre a literatura afro-brasileira**. São Paulo: Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, 1985.

\_\_\_\_\_. Empunhando bandeira: diálogo de poeta. In: SANTOS, Rick, GARCIA, Wilton (org.). **A escrita de Adé – perspectivas teóricas dos estudos gays e lésbicos no Brasil**. São Paulo: Nassau Community College; ABEH, 2002. p. 153–161.

\_\_\_\_\_. Negra e lésbica: a leitura do corpo. In: LYRA, Bernadette; GARCIA, Wilton (org.). **Corpo & Imagem**. São Paulo: Ed. Arte & Ciência, 2002.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais / coord. Djamila Ribeiro).

ARRAES, Jarid. **Um buraco com meu nome**. São Paulo: Ferina, 2018.

BASTIDE, Roger. **A poesia afro-brasileira**. São Paulo: Martins Editora, 1943.

- BERND, Zilá. **A questão da negritude**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- \_\_\_\_\_. Em torno da literatura negra brasileira. **Boletim Bibliográfico da Biblioteca Mário de Andrade**, São Paulo, v. 49, n. 1/4, jan.-dez. 1988.
- \_\_\_\_\_. **Negritude e literatura na América Latina**. Porto alegre: Mercado Aberto, 1987.
- BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura brasileira**. Trad. Marta Kirst. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- CAMARGO, Oswaldo de (org.). **O negro escrito: apontamentos sobre a presença do negro na literatura brasileira**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1987.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In: Racismos contemporâneos*. Ashoka Empreendimentos Sociais e Takano Cidadania (orgs.). Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003, pp. 49-58.
- \_\_\_\_\_. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-132, 1995.
- CASCUDO, Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. [S.l]: Ediouro: 2005.
- COLLINS, Patricia Hill. Learning from the outsider within: the sociological significance of black feminist thought. **Social Problems**, v. 33, n. 6, p. 14-32, oct./dec. 1986.
- COUTINHO, Afrânio. **O processo de descolonização literária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- CRENSHAW, Kimberlé W. Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, n. 140, p. 139-167, 1989.
- CUTI. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.
- DAMASCENO, B. G. **Poesia negra no Modernismo brasileiro**. Campinas: Pontes, 1988.
- DAVIS, Angela. **Women, race and class**. New York: Vintage Books, 1981.
- DOMINGUES, Petrônio. O recinto sagrado: educação e antirracismo no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 39, São Paulo, 2009.

DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). **Brasil Afro- brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_. **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a literatura brasileira afro-descendente. In: SCARPELLI, Marli Fantini e DUARTE, Eduardo de Assis (orgs.) **Poéticas da diversidade**. Belo Horizonte: FALÉ-UFMG, 2002.

\_\_\_\_\_. Por um conceito de literatura afro-brasileira. In: DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. Belo Horizonte: Editora UFMG, v. 4, p. 375-403, 2011.

DUARTE, Mel (org.) **Querem nos calar**: poemas para serem lidos em voz alta. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FRANÇA, Jean M. Carvalho. **Imagens do negro na literatura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra. **Afrodiáspora**, Brasília, v. 6 e 7, n. 19, pp. 94-106, 1985.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. *et al.* Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS, n. 2, p. 223-244, 1983.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92-93, p. 69-82, jan./jun. 1988a.

\_\_\_\_\_. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, pp. 133-141, 1988b.

GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. **Raça e Classe**, Brasília, ano 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988c.

GUIMARÃES, Cleo; FORTUNA, Maria. Racha entre intelectuais sobre obra de Carolina Maria de Jesus: clima cada vez mais tenso. **O Globo**, 22 abr. 2017. Disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/gente-boa/post/racha-entre->

intelectuaisobre-obra-de-carolina-maria-de-jesus-clima-cada-vez-mais-tenso.htm. Acesso em: 30 jan. 2021.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Entrevista com Patricia Hill Collins. **Tempo Social**, v. 33, n. 1, p. 287-322, jan/abr 2021.

HATTNER, Álvaro. A poesia negra na literatura afro-brasileira: exercícios de definição e algumas possibilidades de investigação. **Terra Roxa e Outras Terras**, Londrina, v. 17a, p. 78-89, dez. 2009.

HOLLANDA, Heloísa Buarque; CAPELLATO, Maria Helena R. **Relações de gênero e diversidades culturais nas Américas**. São Paulo: EDUSP, 1999.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. Pref. Audálio Dantas. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1960.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEÃO, Ryane. **Tudo nela brilha e queima**: poemas de luta e amor. São Paulo: Planeta do Brasil, 2017.

LORDE, Audre. **Sister Outsider**. Trumansburg, NY: The Crossing Press, 1984.

LUCINDA, Elisa. Carolina de Jesus é literatura sim! **Publishnews**, 24 abr. 2017. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2017/04/24/carolina-de-jesus-e-literatura-sim>. Acesso em: 30 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. **Diálogos ausentes**. Itaú Cultural, jul. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w5UBFdowZ94>, acesso em 21 set. 2022.

\_\_\_\_\_. **Vozes guardadas**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

MBEMBE, A. **A universalidade de Frantz Fanon**. Cidade do Cabo, 2 set. 2011. Disponível em: <https://www.epedagogia.com.br/materialbibliotecaonline/2894A-universalidade-de-Frantz-Fanon.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2022.

\_\_\_\_\_. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MILLIET, Sérgio. **Diário crítico de Sérgio Milliet**. São Paulo: Martins; Edusp, 1981, 10vol.

MIRANDA, Fernanda. **Silêncios prescritos**: estudo de romances de autoras negrobrasileiras (1859-2006). Rio de Janeiro: Malê, 2019.

MUNANGA, Kabenguele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

NASCIMENTO, Abdias. *O quilombo: vida, problemas e aspiração*. São Paulo: editora 34, 2003.

NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição**. UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-  
AFRICANISTAS (org.). Pref. Anin Urasse. *Diáspora Africana*: Editora Filhos da África, 2018.

\_\_\_\_\_. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. **Revista Estudos AfroAsiáticos**, Rio de Janeiro: CEEA/UCAM, v. 6–7, pp. 259–265, 1982.

\_\_\_\_\_. O conceito de Quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodiáspora**, ano 3, n. 6–7, p. 41–49, 1985.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Abdias Nascimento: grandes vultos que honraram o Senado**. Brasília-DF: Senado Federal, 2014.

NASCIMENTO, Gizêlda. A representação do negro na literatura brasileira. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.) **Sankofa: resgate da cultura afro-brasileira**. Rio de Janeiro: SEAFROUERJ, v. 2, 1994.

PEREIRA, Edmilson de Almeida. Panorama da literatura afro-brasileira. In: **Callaloo**, Virgínia: Universidade da Virgínia/ Editora Universitária John Hopkins, v. 18, n. 4, p. 875–880, dez. 1995.

\_\_\_\_\_. Territórios cruzados: relações entre cânone literário e literatura negra e/ou afro-brasileira. In: \_\_\_\_\_; JUNIOR, Robert Daibert (org). **Depois, o Atlântico: modos de pensar, crer e narrar na diáspora africana**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, p. 319–349, 2010.

PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. **EstudosAvançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 161–193, abr. 2004.

\_\_\_\_\_. O negro e a literatura brasileira. **Boletim Bibliográfico da Biblioteca Mário de Andrade**, São Paulo, v. 49, n. 1/4, jan.– dez. 1988.

QUEIROZ, S. **Palavra banto em Minas** [on-line]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

RAMOS, Arthur. **O negro brasileiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2001.

SILVA, Verônica *et al.* A escrita está aí para que eu escreva com liberdade: entrevista com Jarid Arraes. **Letras Pretas**, 18 set. 2018. Disponível em: <https://>

letraspretas.com/2018/09/18/a-escrita-esta-ai-para-que-eu-escreva-com-liberdade-entrevista-com-jarid-arraes/, acesso em 03 jun. 2022.

SOUSA, Caroline Passarini. Escravidão, abolição e gênero: mulheres negras, corpo e reprodução nas Américas. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 31, p. 188-222, ago./dez. 2021.

WALKER, Alice. *In Search of Our Mothers' Gardens*. New York: Harcourt, Brace Jovanovich, 1983.

ZOLIN, L. Crítica feminista: os estudos de gênero e a literatura. In: BONNICI, T.; \_\_\_\_\_. **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009.